

TRABALHO INFANTIL E SUA INFLUÊNCIA SOBRE A RENDA E A ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO TRABALHADORA DO PARANÁ

Janete Leige Lopes

Edicleia Lopes da Cruz Souza

Rosangela Maria Pontili*

1. Introdução

O trabalho exercido por crianças e adolescentes não é um problema típico da realidade atual. Ao contrário, a exploração da mão-de-obra infantil esteve presente nas sociedades desde a Revolução Industrial e, até mesmo antes dela. A inserção de crianças e adolescentes no trabalho tem sido objeto de discussão por pesquisadores de diversas áreas de estudo, políticos e sociedade em geral. Isto porque, pesquisas comprovam os impactos negativos na vida adulta da criança e no próprio desenvolvimento do país.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), de todas as crianças existentes no mundo, mais de 200 milhões na idade entre 5 e 17 anos são trabalhadoras. No Brasil, mesmo existindo a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e outras normas proibindo o trabalho infantil, pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que ainda existem mais de 5 milhões de crianças e adolescentes, na faixa etária de 5 a 17 anos, exercendo alguma atividade laboral. No estado do Paraná, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada em 2005, o número de crianças e adolescentes trabalhadores entre 10 e 17 anos é maior do que 333 mil. A situação é mais grave nas grandes cidades e regiões de fronteiras. Porém, em todo o estado, a grande maioria destes está na agricultura e no comércio.

Sabendo que a criança e o adolescente, por estarem em fase de desenvolvimento sofrem influência do meio e das condições em que vive, existe uma preocupação mundial com relação aos efeitos nocivos do trabalho precoce e seus reflexos sobre a renda e o nível de escolaridade do indivíduo. Órgãos de caráter internacional, nacional e outras

* Mestre em economia aplicada pela Universidade de São Paulo (USP/Esalq) e Professora Assistente da Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão/PR; e-mail: rpontili@yahoo.com.br

entidades, assim como também estudos literários, têm procurado demonstrar tais efeitos, chamando a atenção da sociedade em geral para a gravidade da questão.

Diante do exposto, o objetivo deste estudo é analisar a influência que o trabalho infantil exerce sobre a renda e o nível de escolaridade dos trabalhadores, hoje adultos, da área urbana e rural do estado do Paraná. Como não é possível fazer o acompanhamento de uma criança que começa a trabalhar até chegar à fase adulta, para verificar os efeitos, realizar-se-á a análise a partir de dados obtidos da PNAD/2005.

Crianças e adolescentes que são vítimas do trabalho precoce fazem parte de uma trágica e antiga realidade. Para Hilbig (2004), no Brasil, ainda que até 14 anos sejam consideradas crianças, os meninos e meninas das periferias urbanas pobres, e da zona rural brasileira, têm sua infância curta, pois é nesta fase que são socializados no mundo do trabalho. Antuniassi (1983) realizou estudo sobre o trabalho infantil e escolarização no meio rural do estado de São Paulo. A autora observou que, associando o trabalho ao sucesso escolar, este age negativamente. O ingresso precoce de crianças na força de trabalho implica seu afastamento prematuro das atividades escolares ou uma escolarização básica precária.

Kassouf (2000) e Kassouf (2002) pesquisou sobre o efeito do trabalho infantil para os rendimentos e a saúde dos adultos. Segundo a autora, a exploração das crianças, resulta na perda da infância, e reduz a oportunidade de uma boa educação. Dessa forma, a baixa escolaridade limita as oportunidades de empregos, e os indivíduos são condicionados a ocuparem postos que não exigem qualificação e com baixa remuneração.

Nicolella (2006) chamou a atenção para a relação saúde e trabalho infantil no Brasil. Considerando que a saúde é um bem e, que para se viver muito é preciso ter saúde, os resultados obtidos pelo autor mostram que, a criança que exerce qualquer atividade laboral sofre impactos negativos em sua saúde. Lima (2002) relata que a inserção das crianças no trabalho é consequência da concentração de renda nas mãos de poucos, e da pobreza que dela resulta, além de complemento de renda que as famílias carentes necessitam.

Menezes Neto (2002) confirma que o trabalho exercido por crianças, durante muito tempo no Brasil, foi visto como consequência da pobreza, ou uma forma de amenizar os seus efeitos. Assim, além de ajudar a família, evitaria o envolvimento destes com a

marginalidade. No entanto, para Lima (2002), o fato de a criança ter que trabalhar e estar sempre submetida à situação, oprime seu desejo natural de brincar e expressar seus reais desejos e interesses. Como brincar faz parte e caracteriza a infância, além da diversão, as brincadeiras fornecem oportunidade à criança de reviver, entender, compreender e relacionar-se afetivamente.

2. Metodologia e dados

Com objetivo de investigar a influência que o trabalho precoce exerce sobre a renda do trabalhador ao chegar à fase adulta, esta pesquisa fundamentar-se-á na utilização do modelo econométrico de Regressão Linear Múltipla. Assim descrito:

$$Y = \alpha + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \beta_3 X_3 + \dots + \beta_k X_k + \varepsilon \quad (1)$$

em que:

Y = Variável dependente (Logaritmo do rendimento por hora e nível de escolaridade);

$X_1, X_2, X_3, \dots, X_k$ = São variáveis explicativas, representam o vetor das características individuais da pessoa, tais como idade, escolaridade, cor ou raça e sexo;

$\beta_1, \beta_2, \beta_3, \dots, \beta_k$ = São os parâmetros desconhecidos da regressão.

ε = é o erro aleatório;

α = mede a existência de uma constante que auxilia a explicação do modelo.

Os dados utilizados foram obtidos através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo IBGE em 2005. Na PNAD (2005) a população total do Paraná inclui cerca de 10.271.684 pessoas. Utilizando-se o pacote estatístico *Sas for Windows V8*, selecionou-se a amostra dos paranaenses com idade entre 18 e 60 anos, que declararam estar trabalhando, tanto na semana de referência da PNAD, quanto no período de captação de 358 dias. Cabe ressaltar que os resultados aqui apresentados foram expandidos para o total da população paranaense.

3. Resultados e discussões

Sabe-se que a maioria das crianças e adolescentes inseridas no mercado de trabalho abandonou a escola ou nunca frequentou uma sala de aula. Sabe-se, também, que o baixo nível de educação prejudica o desenvolvimento futuro de um indivíduo, o que resulta num baixo desenvolvimento regional e, conseqüentemente, do país.

Analisando os dados da tabela 1, observa-se que, em 2005, a maioria dos trabalhadores paranaenses que estão com idade entre 18 e 60 anos, começou a trabalhar ainda criança ou adolescente. Na área urbana 41,46% dos trabalhadores ingressaram no trabalho com idade entre 10 e 14 anos, sendo que na área rural este percentual é ainda maior, atingindo 53,29%. Destaca-se, ainda, o número de pessoas que iniciaram sua vida laboral com idade inferior a 9 anos, sendo 13,52% e 31,92% para as áreas urbana e rural, respectivamente. Para os trabalhadores que começaram a trabalhar com idade entre 15 e 17 anos, na área urbana foi registrado um valor de 25,78% e, na área rural, de 10,60%. Apenas 19,24% dos trabalhadores da área urbana ingressaram no mercado de trabalho após os 18 anos de idade, percentual que é, ainda, quase cinco vezes maior do que o da área rural (4,19%).

Tabela 1: Porcentagem de homens e mulheres trabalhando, de 18 a 60 anos, estratificado pela idade em que começaram a trabalhar, na área urbana e rural Paranaense - 2005.

Idade que começou A trabalhar	Urbana		Rural	
	Número	%	Número	%
Menos de 9	563.026	13,52	259.083	31,92
10 a 14	1.726.815	41,46	432.603	53,29
15 a 17	1.074.044	25,78	86.075	10,60
Mais de 18	801.604	19,24	34.026	4,19

Fonte: PNAD/2005.

A tabela 2 mostra que, tanto para a área urbana quanto para a área rural, a média de anos de escolaridade varia positivamente em relação à idade que estas pessoas começaram a trabalhar. Nesta análise simples, verifica-se que os trabalhadores que começaram a trabalhar com menos de 9 anos de idade são os que possuem a menor média de escolaridade (7,17 anos de estudo para a área urbana e 5,1 anos de estudo para a área rural). Cabe observar, que um indivíduo da área urbana que entrou para o mercado de

trabalho com mais de 18 anos, por exemplo, tem cerca de 2 anos a mais de escolaridade se comparado a um trabalhador da área rural que começou na mesma idade. Quando se compara a menor idade com a maior, observa-se que, em geral, há uma diferença de quase 5 anos de escolaridade entre elas.

Tabela 2: Número médio de anos de estudo, para homens e mulheres de 18 a 60 anos, estratificado pela idade em que começaram a trabalhar, na área urbana e rural Paranaense - 2005.

Idade que começou A trabalhar	Urbana	Rural
Menos de 9	7,17	5,1
10 a 14	8,91	6,22
15 a 17	10,72	7,83
Mais de 18	12,01	9,82

Fonte: PNAD/2005.

Como o trabalho precoce afeta o nível de educação, terá conseqüências, também, para a renda do trabalhador. A tabela 3 mostra a média de rendimentos por hora, dos trabalhadores vítimas do trabalho infantil. Os trabalhadores da área urbana que começaram a trabalhar com menos de 9 anos de idade recebem, em média, R\$17,90 por hora, enquanto para os da área rural esta remuneração é de apenas R\$ 8,76, ou seja, menos que a metade. Para aqueles inseridos no trabalho entre 10 e 14 anos, as médias são de R\$ 22,17 e R\$ 9,68 para as áreas urbana e rural, respectivamente. Aqueles que ingressaram no trabalho após os 15 anos, tanto da área urbana quanto da rural recebem melhores rendimentos, se comparados aos que começaram a trabalhar mais cedo.

Tabela 3: Média de rendimentos por hora, para homens e mulheres de 18 a 60 anos, estratificado pela idade em que começaram a trabalhar, na área urbana e rural Paranaense - 2005.

Idade que começou A trabalhar	Urbana	Rural
Menos de 9	17,90	8,76
10 a 14	22,17	9,68
15 a 17	23,67	11,90
Mais de 18	34,90	10,58

Fonte: PNAD/2005

As informações acima mostram, estatisticamente, como a idade em que as pessoas começaram a trabalhar impactam sua renda e escolaridade. Resta, então, saber o tamanho deste impacto. Os coeficientes expostos na tabela 4 mostram a influência das variáveis escolhidas sobre o rendimento do trabalhador. Analisando as características pessoais dos trabalhadores que estão entre 18 e 60 anos, tem-se que a variável idade afeta de forma direta no rendimento dos indivíduos. O sinal positivo que acompanha o coeficiente desta variável indica que quanto maior a idade, maior a renda obtida no mercado de trabalho, e isso é válido tanto para área rural como para a urbana. O coeficiente da variável anos de estudo foi significativo, indicando que quanto maior o grau de escolaridade de um trabalhador, seja ele morador da área urbana ou rural, maior nível de renda ele terá. Ao referir-se à variável sexo, o coeficiente positivo indica que, em geral, os homens das áreas urbana e rural ganham mais que as mulheres.

Considerando a variável idade que se começou a trabalhar, os coeficientes confirmam a hipótese desta pesquisa de que quanto mais cedo se ingressa no mercado de trabalho menor renda uma pessoa terá no futuro. Observa-se que em todos os intervalos, tanto para a área rural quanto para área urbana, os trabalhadores têm renda inferior à recebida pelas pessoas que começaram a trabalhar depois dos 18 anos de idade. Este fato é demonstrado, também, no estudo de Kassouf (2002), a qual diz ainda que, uma explicação para tal fato poderia ser a de que aqueles que começaram a trabalhar muito cedo são pobres e não aptos a trabalhos especializados por falta de acesso à escolaridade e, conseqüentemente, se engajariam em trabalhos ruins sem perspectiva de crescimento e de melhora na fase adulta.

Em função da não significância dos coeficientes, pode ser dizer que, analisando a variável cor ou raça dos trabalhadores da área urbana, a característica amarela ou indígena não exerce nenhuma influência significativa sobre sua renda. Já os coeficientes da cor ou raça, preta e parda, são significativos indicando que os trabalhadores negros ou pardos da área urbana têm remuneração menor, em comparação aos trabalhadores brancos. Para a área rural nenhum coeficiente desta variável teve significância o que indica que os trabalhadores têm sua remuneração não acrescida ou diminuída caso possua uma destas características.

Com relação ao setor de atividade dos trabalhadores vítimas do trabalho infantil, optou-se por comparar todos os setores com o setor agrícola, pois é o setor agrícola que possui a menor renda, enquanto todos os setores restantes remuneram melhor. Os resultados comprovam esta hipótese, uma vez que os coeficientes da regressão, associados aos setores de atividade tanto na área urbana como na área rural, apresentam grau de significância em 1% e estão acompanhados do sinal positivo. Na área urbana, o setor que melhor remunera é o social, em seguida o setor público e de serviços. Já para área rural, em primeiro lugar está o setor social, seguido do setor doméstico e público.

Tabela 4: Estimativa dos coeficientes para a equação do logaritmo do rendimento por hora para a população de 18 a 60 anos, do Paraná-2005.

Variáveis	Urbano		Rural	
	Coeficiente	Teste <i>t</i>	Coeficiente	Teste <i>t</i>
Intercepto	-0,248	-3,95*	-0,267	-1,43
<i>Características Pessoais</i>				
Idade	0,022	25,67*	0,018	7,22*
Anos de Estudo	0,103	38,23*	0,061	6,89*
Sexo (homem=1)	0,473	22,74*	1,276	24,05*
<i>Idade que começou a trabalhar (Mais que 18 anos foi omitido)</i>				
Menos de 9	-0,159	-4,56*	-0,261	-1,88***
10 a 14	-0,074	-2,78*	-0,239	-1,79***
15 a 17	-0,089	-3,20*	-0,175	-1,18
<i>Cor ou Raça (Branca foi omitida)</i>				
Preta	-0,126	-2,42**	0,117	0,43
Amarela	0,135	1,64	1,121	1,00
Parda	-0,055	-2,38**	-0,000	-0,00
Indígena	0,018	0,11	1,220	1,11
<i>Setores de atividades (Setor Agrícola foi omitido)</i>				
Indústria	1,011	22,62*	0,784	8,19*
Construção Civil	0,896	17,34*	0,616	4,30*
Comércio	0,975	22,14*	0,879	7,35*
Serviços	1,033	21,04*	0,691	4,70*
Público	1,152	20,00*	0,942	4,66*
Social	1,256	26,05*	1,547	11,34*
Domésticos	0,986	19,07*	1,268	11,24*
Outros	1,213	23,15*	0,651	2,51**
Teste F	-	250,32*	-	54,94*
R ²	-	0,38	-	0,41
R ² Ajustado	-	0,38	-	0,40
Número de Observações		7.317		1.419

Fonte: Resultado da pesquisa/2007.

Nota: * Denota significância ao nível de 1%; ** Denota significância ao nível de 5%; *** Denota significância ao nível de 10%; Acima de 10% não há significância.

Os resultados econométricos da equação do número de anos de estudo, para a população paranaense com idade entre 18 e 60 anos, moradora da área rural e urbana, são apresentados na tabela 5. O coeficiente da variável idade, acompanhado do sinal negativo, mostra que há uma relação inversa entre idade e anos de estudo, ou seja, quanto mais velho é o indivíduo, menos escolaridade ele possui. Espera-se que esse resultado mude, em função de políticas públicas voltadas ao incentivo à educação, levando, no longo prazo, as pessoas a acumularem mais anos de estudo.

Analisando o coeficiente da variável sexo, pode-se dizer que pessoas do sexo feminino, da área urbana, possuem maior número de anos de estudo. Reis (2005), afirma que isso ocorre possivelmente porque os homens, normalmente, entram para o mercado de trabalho mais cedo que as mulheres, o que muitas vezes os impede de dar continuidade aos estudos. O homem da área rural, de acordo com a tabela 5, tem mais anos de estudo que a mulher. No entanto, nesta análise, os coeficientes não denotaram significância.

Ao referir-se à idade em que as pessoas começaram a trabalhar, os valores dos coeficientes são todos negativos, significando que todos os trabalhadores tanto da área rural quanto da área urbana, que começaram a trabalhar antes dos 18 anos têm menos anos de estudo, se comparado aos que começaram depois dos 18 anos de idade. No que se refere à cor ou raça dos trabalhadores, na área rural apenas pessoas de cor parda têm menos anos de estudo se comparadas às pessoas de cor branca. Os demais coeficientes não denotam significância, indicando que não exercem qualquer influência sobre a variável dependente (anos de estudo). Na área urbana, para esta mesma característica, todos os valores são significativos e exprimem que pessoas de cor preta, parda ou indígena possuem menos anos de estudo em comparação às pessoas brancas, enquanto aquelas consideradas de cor ou raça amarela são mais escolarizadas que os brancos, o que é demonstrado pelo valor do seu coeficiente acompanhado do sinal positivo.

Quanto aos setores de atividade, a hipótese era de que, comparando o setor agrícola aos outros segmentos, espera-se que os coeficientes sejam todos positivos, pois se considera que os trabalhadores do setor agrícola têm menos escolaridade. O alto nível de significância da maioria dos resultados confirma esta hipótese, exceto para o setor Doméstico, em que, para as duas áreas analisadas não denotou nenhuma significância, e o de Construção civil, que na área rural também não é significativo.

Tabela 5: Estimativa dos coeficientes para a equação do número de anos de estudo para a população trabalhadora de 18 a 60 anos, do Paraná- 2005.

Variáveis	Urbano		Rural	
	Coeficiente	Teste t	Coeficiente	Teste t
Intercepto	10,531	46,60*	11,707	25,85*
<i>Características Pessoais</i>				
Idade	-0,076	-21,81*	-0,128	-19,36*
Sexo (homem=1)	-0,114	-1,35	0,112	0,72
<i>Idade que começou a trabalhar (Mais que 18 anos foi omitido)</i>				
Menos de 9	-2,800	-19,92*	-2,356	-5,91*
10 a 14	-1,787	-16,59*	-2,017	-5,27*
15 a 17	-0,796	-6,97*	-1,200	-2,79*
<i>Cor ou Raça (Branca foi omitida)</i>				
Preta	-1,317	-6,23*	-1,186	-1,61
Amarela	2,270	6,66*	2,028	0,86
Parda	-1,302	-14,00*	-1,170	-6,89*
Indígena	-2,066	-2,96*	3,680	1,12
<i>Setores de atividades (Setor Agrícola foi omitido)</i>				
Indústria	2,354	13,08*	1,064	3,79*
Construção Civil	0,729	3,46*	0,620	1,48
Comércio	2,817	15,91*	1,876	5,40*
Serviços	2,264	11,39*	1,024	2,37**
Público	4,22	18,03*	3,483	5,92*
Social	4,961	26,22*	4,001	10,23*
Domésticos	-0,124	-0,060	0,070	0,22
Outros	4,72	22,78*	2,700	3,71*
Teste F	-	260,15*	-	50,63*
R ²	-	0,3557	-	0,3722
R ² Ajustado	-	0,3543	-	0,3648
Número de Observações		8.030		1.470

Fonte: Resultado da pesquisa/2007.

Nota: * Denota significância ao nível de 1%; ** Denota significância ao nível de 5%; *** Denota significância ao nível de 10%; Acima de 10% não há significância.

Para verificar, de forma mais detalhada, a influência da idade em que a pessoa começou a trabalhar sobre o rendimento da mesma em sua fase adulta, montou-se uma equação com todos os coeficientes das análises de regressão multiplicados pelo valor médio de sua respectiva variável, encontrando-se, assim, o valor da constante. O resultado da referida equação foi plotado nas figuras apresentadas abaixo. O gráfico 1 mostra as figuras resultantes da equação para o *logaritmo* do rendimento por hora. No painel (a) tem-se o resultado da equação referente aos trabalhadores da área urbana. No painel (b) têm-se os resultados para as equações referentes aos trabalhadores da área rural. A inclinação da reta confirma que, quanto maior a idade atual da pessoa, maior a renda

obtida por ela no mercado de trabalho. Isto é válido tanto na área rural, quanto na área urbana.

Percebe-se que, para todas as faixas de idade, as pessoas que ingressaram no trabalho com menos de 9 anos têm a média de rendimentos menor, se comparado àquelas que ingressaram depois dos 18 anos. Esta situação é representada pelo deslocamento da reta sempre para cima, em todos os intervalos de idade. Na área urbana, por exemplo, para o trabalhador que está com 40 anos e começou a trabalhar com idade de até nove anos, a média do *logaritmo* do rendimento por hora é R\$ 3,31. Já um trabalhador que está com a mesma idade, mas que ingressou no trabalho depois dos 18 anos, tem a média do *logaritmo* do rendimento por hora de R\$ 3,47. Ou seja, a diferença de rendimentos entre os intervalos de idade é de 4,83%. Cabe ainda, salientar que, na área rural observa-se uma maior diferença de rendimentos recebidos entre os intervalos de idade. Os trabalhadores que começaram a trabalhar depois dos 18 anos e estão com 40 anos, recebem em média R\$ 2,22 por hora, isto corresponde a 13,26% a mais do que um trabalhador de mesma idade que ingressou no trabalho com menos de 9 anos e recebe, em média, R\$1,96 por hora.

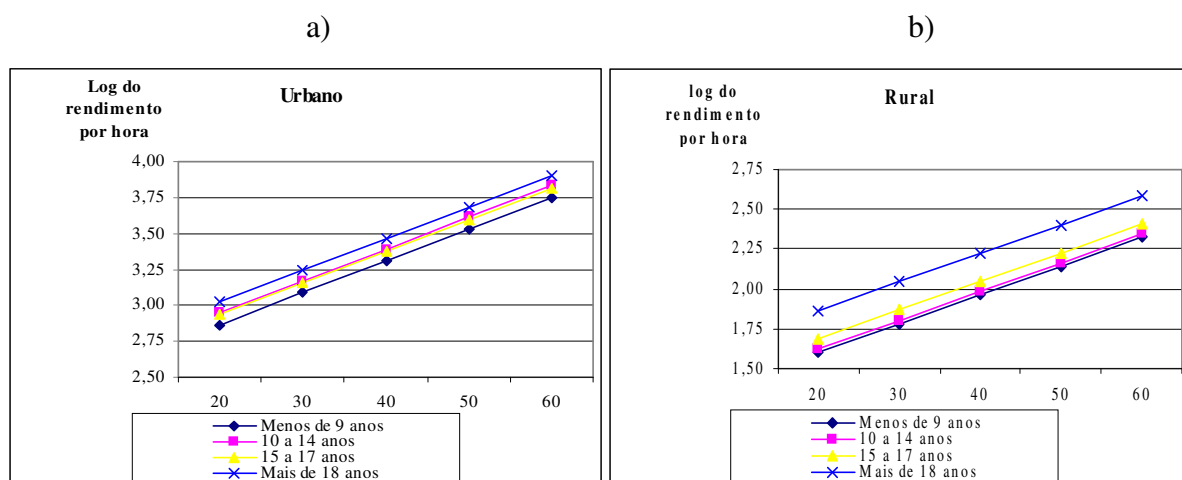


Gráfico 1: Influência da idade em que se começou a trabalhar no *logaritmo* do rendimento por hora, da população trabalhadora, com idade entre 18 e 60 anos, do Paraná-2005.

Fonte: Resultado da pesquisa/2007.

As figuras apresentadas no gráfico 2 mostram os resultados referentes à equação do número de anos de estudo. A inclinação da reta confirma o já previsto pelo modelo, indicando que quanto mais velho o trabalhador, menos anos de estudo ele tem. O deslocamento para cima da reta mostra que conforme a idade de inserção no trabalho aumenta, os anos de escolaridade aumentam também.

Observa-se que há uma diferença muito grande entre os anos de estudo obtidos por um trabalhador da área rural comparado a um da área urbana. Os trabalhadores que estão com 40 anos e que começaram a trabalhar com menos de nove anos de idade, têm aproximadamente 7 anos de estudo, enquanto os de mesma idade mas que ingressaram no trabalho com mais de dezoito anos tem cerca de 10 anos de estudo. A diferença entre a maior e a menor idade é de, aproximadamente, 30%.

Observando-se o deslocamento da reta, da área rural, um trabalhador que está com 40 anos, tendo ele começado a trabalhar com menos de 9 anos, possui 4 anos de estudo. Para aqueles também com 40 anos e que começaram a trabalhar com mais de 18 anos, o número de anos de estudo aproxima-se de 7 anos. Em percentuais, as pessoas que ingressaram mais jovem no trabalho têm cerca de 42,8% a menos de anos de escolaridade se comparadas às ingressantes com maior idade.

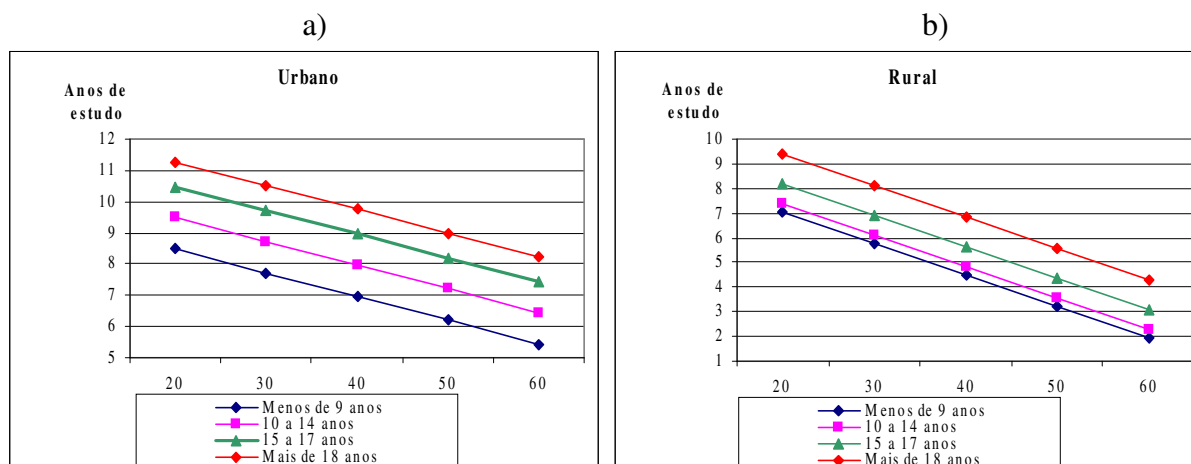


Gráfico 2: Influência da idade em que se começou a trabalhar no número de anos de estudo da população trabalhadora, com idade entre 18 e 60 anos, do Paraná-2005.

Fonte: Resultado da pesquisa/2007.

4. Conclusões

Impulsionado pelas discussões já existentes sobre trabalho infantil, este estudo teve como objetivo verificar a influência do trabalho infantil na renda e no nível de escolaridade do trabalhador da zona urbana e rural do estado do Paraná. As estimativas encontradas foram estatisticamente significativas, e, em sua maioria apresentaram os sinais esperados. Os resultados obtidos além de comprovarem as hipóteses do modelo, as quais defendem que trabalho precoce afeta negativamente o nível de escolaridade e rendimentos futuro de um indivíduo.

Vale aqui ressaltar o efeito do trabalho infantil sobre a escolaridade. É sabido que o investimento em capital humano afeta positivamente o nível sócio-econômico das pessoas e, conseqüentemente, o desenvolvimento de um país (Behrman e Wolfe, 1984). Sendo assim, o efeito negativo do trabalho infantil não ocorre de forma individual, mas se propaga para toda sociedade, diminuindo a capacidade de o país crescer e desenvolver-se economicamente.

Durante muito tempo o trabalho infantil no Brasil foi considerado como uma conseqüência da pobreza, ou solução para amenizar os seus efeitos. A sociedade concordava que para crianças pobres, trabalhar era um meio de evitar o envolvimento com a marginalidade. A partir da década de 80, percebeu-se o tamanho e gravidade do problema no país, despertando interesse de toda comunidade para proteger e defender os direitos das crianças e adolescentes brasileiros. O trabalho precoce, não pode ser justificado ou considerado solução para algum problema, é preciso que se desenvolvam políticas que promovam as famílias de baixa renda, de modo que estas possam assegurar aos seus filhos um crescimento e desenvolvimento saudável.

A literatura discute que um dos fatores que levam as crianças a trabalharem é o estado de pobreza da família. De fato, a condição social é o principal condutor, porém outras características sociais e culturais devem ser mais bem analisadas, principalmente quando se pretende desenvolver alguma política pública. Ora, se considerar apenas a pobreza, bastaria desenvolver uma política social que a eliminasse, e com isso erradicaria o trabalho infantil.

De acordo com as evidências obtidas nesta pesquisa, entre as recomendações de políticas públicas merecem destaque aquelas voltadas para o acesso e manutenção das crianças oriundas das zonas rurais paranaenses na escola. Assim, ser-lhes-ia garantido

um elevado, ou pelo menos, um nível de educação suficientemente capaz de proporcionar-lhes um futuro melhor.

Embora nos últimos anos o trabalho infantil tenha diminuído significativamente, o número de crianças que trabalham é muito grande. O País como um todo precisa cumprir compromissos aumentando as ações voltadas para eliminação desta exploração. Ainda há muito que ser realizado em termos de ações governamentais e sociais para completa extinção do problema. É de suma importância que a sociedade se conscientize de que criança deve estar na escola se preparando para um futuro promissor, e que trabalho precoce pode causar danos irreversíveis.

Deixar de perceber os abusos sofridos pelos precoces trabalhadores, além de empobrecer, acaba destruindo o capital humano necessário ao crescimento futuro de uma economia. É importante que se desperte um maior interesse por parte de pesquisadores sobre o assunto e outros estudos sejam desenvolvidos. Pois, assim é possível identificar as ameaças e perigos impostos às vítimas do trabalho infantil, dando suporte à elaboração de políticas públicas sociais voltadas à eliminação do problema.

Eliminar o trabalho infantil é garantir o futuro de uma geração, é promover um crescimento sustentável para o adulto de amanhã, que colherá os benefícios dos investimentos realizados hoje.

5. Referências bibliográficas

ANTUNIASSI, M. H. R. **Trabalho infantil e escolarização no meio rural**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983. 135 p.

BEHRMAN, J.R.; WOLFE, B.L. **The socioeconomic impact of schooling in a developing country**. The Review of Economics and Statistics, v.66, n.2, p.296-303, May 1984

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Brasília, 1988.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Trabalho Infantil**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 15 abr. 2006.

BRASIL. **Lei 8069 de 13 de julho de 1990**. Estatuto da criança e do adolescente. Brasília, 1990. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069.htm>>. Acesso em: 25 mai. 2007.

- BRASIL. Organização Internacional do Trabalho. **Trabalho Infantil**: Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br>>. Acesso em: 20 jul. 2007.
- FERRO, A. R. **Avaliação do impacto dos programas de bolsa escola no trabalho infantil no Brasil**. Piracicaba, 2003, 92p. Dissertação (Mestrado)-Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo (USP).
- HILBIG, S. **Trabalho infantil no Brasil - dilemas e desafios**. Rio de Janeiro-RJ, 2004. Disponível em: <<http://intranet.dirad.fiocruz.br/html/modules/wfsection/article.php?articleid=6>>. Acesso em: 25 abr. 2007.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**: Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.ibge.org.br>>. Acesso em: jan 2007.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**: microdados (compact disc). Rio de Janeiro, 2005.
- KASSOUF, A. L. **O efeito do trabalho infantil para os rendimentos e a saúde dos adultos**. 2000. 14 p. Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br/pdf/sbe2000.pdf>>. Acesso em: 29 mai. 2007.
- KASSOUF, A. L. **Aspectos sócio-econômicos do trabalho infantil no Brasil**. Brasília: Ministério da justiça, 2002. 124 p.
- LIMA, C. G. C. O impacto do trabalho precoce na vida de crianças e adolescentes: aspectos da saúde física e mental, cultural e econômico. TRABALHO PRECOCE, SAÚDE E DESENVOLVIMENTO MENTAL. Ribeirão Preto-SP,2002. pág.6-10.
- MENEZES NETO, J. **Análise de impacto do programa de erradicação do trabalho infantil-PETI, quanto aos seus objetivos e resultados para o qual foi concedido**. 2002. 55 p. Dissertação (Especialização em políticas pública) - Universidade de Brasília - Núcleo de estudos de políticas pública. Brasília, 2002.
- NICOLELLA, A. C. **Um olhar econômico sobre a saúde e o trabalho infantil no Brasil**. 2006.166 p.Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiróz. Piracicaba, 2006.
- OIT BRASIL. Organização internacional do trabalho. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br>>. Acesso em 15 jun.2007.
- REIS, M. **Infra-estrutura escolar x características da família: qual a sua influência sobre a escolaridade da população paranaense?** Campo Mourão, 2005. Monografia (Graduação) -Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão, Universidade Estadual do Paraná (FECILCAM/UNESPAR).

Anexo I

Tabela A1: Média e desvio-padrão dos determinantes da renda e anos de estudo dos trabalhadores de 18 a 60 anos, da área rural e urbana do estado do Paraná-2005

Variáveis	Área urbana		Área rural	
	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão
Renda	941,3297	1711,617	378,5456	617,0173
Renda por hora	24,42535	46,54694	9,953381	28,06586
Logrenda	2,647186	0,9908947	1,543141	1,212356
Anos de estudo	8,743437	4,188709	5,184161	3,521127
<i>Características Pessoais</i>				
Idade	35,5371	11,16382	37,36668	11,66207
Sexo	0,5381239	0,4985445	0,5742362	0,4944586
<i>Cor ou raça</i>				
Branca	0,7314222	0,4432198	0,7339829	0,4418736
Preta	0,330113	0,01786659	0,0107302	0,1030295
Parda	0,2198042	0,4141139	0,253315	0,43491
Indígena	0,0030544	0,55182	0,0004936	0,0222119
Amarela	0,125656	0,11139	0,253315	0,43491
<i>Setor de atividade</i>				
Agricultura	0,0581684	0,2340617	0,6761048	0,4679609
Indústria	0,1886549	0,3912343	0,0792142	0,2700729
Construção civil	0,0733851	0,2607677	0,0335151	0,1799774
Comércio	0,2229385	0,4162175	0,0514082	0,0222119
Serviços	0,0961813	0,2948397	0,0310126	0,1733518
Público	0,0471755	0,2120141	0,0158817	0,1250181
Social	0,1473642	0,3544687	0,0395086	0,1948017
Doméstico	0,0864328	0,2810022	0,620916	0,2413221
Outros	0,0796992	0,2708269	0,0105332	0,1020897
<i>Idade em que começou a trabalhar</i>				
Menos de 9	0,1351644	0,3418992	0,3189185	0,4660577
10 a 14	0,4145528	0,4926447	0,5325131	0,4989421
15 a 17	0,2578434	0,4374474	0,1059541	0,3077791
Mais de 18	0,1924394	0,3942163	0,0418843	0,200325

Fonte: Resultado da pesquisa/2007.